



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2022

Processo Administrativo nº 23205.021171/2022-95

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 33/2022

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, nomeado pela Portaria nº 230 de 30 de março de 2022, publicada no D.O.U de 30 de março de 2022, portador da matrícula funcional nº 1530551, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2022**, publicada no DOU de 30/08/2022, processo administrativo n.º 23205.021171/2022-95, RESOLVE registrar os preços da empresa **ESCRIBLU COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - 10.902.067/0001-75**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos para cozinha industrial destinados aos RUs e Cantinas da Universidade Federal da Fronteira Sul, especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 33/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
3	CADEIRA DE REFEITÓRIO PARA OBESOPOLTRONA PARA OBESO COM CAPACIDADE DE ATÉ 250KG, CONFORME NORMA NBR 9050. ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO REVESTIDO EM COURVIM; ESPUMA COM DENSIDADE 60 KG/M³ EM FORMATO ANATÔMICO. UNIÃO DO ENCOSTO AO ASSENTO COM DUAS LÂMINAS DE AÇO.	R\$ 2.000,00	UNIDADE	11	R\$ 22.000,00



<p>OPCIONAL: BRAÇOS MODELO CORSA FABRICADOS 100% EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR PRETO. ESTRUTURA: - MATERIAL: TUBO DE AÇO RETANGULAR 20 X 40 MM NAS LATERAIS E 20 X 20 MM BASE DO ASSENTO, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM E CORROSÃO; - PINTURA: EPÓXI-PÓ NA COR PRETA. PONTEIRAS INTERNAS EM POLIPROPILENO INJETADO E SAPATAS NIVELADORAS DE PISO 4 UNIDADES; - PONTEIRAS EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA PARA O ACABAMENTO, ATRAVÉS DE ENCAIXE; DIMENSÕES APROXIMADAS: - ASSENTO: 750 X 480 MM; - ENCOSTO: 750 X 480 MM; - ALTURA ATÉ O ASSENTO: 440 MM; - ALTURA ATÉ O ENCOSTO: 920 MM; - LARGURA: 830 MM; PROFUNDIDADE: 620 MM. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. DISPOR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO EM QUALQUER LOCALIDADE.</p>				
--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, não teve fornecedores registrados e constará como anexo do processo.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos



órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 03 de Outubro de 2022.

CHARLES ALBINO
SCHULTZ:01582915903

Assinado de forma digital por CHARLES ALBINO
SCHULTZ:01582915903
Dados: 2022.10.05 12:08:23 -03'00'

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CHARLES ALBINO SCHULTZ
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

ELENISE COLIN SOARES:84262680991

Assinado de forma digital por ELENISE COLIN SOARES:84262680991
Dados: 2022.09.30 08:34:06 -03'00'

ESCRIBLU COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI
Representante legal do fornecedor registrado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2022

Processo Administrativo nº 23205.021171/2022-95

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 33/2022

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, nomeado pela Portaria nº 230 de 30 de março de 2022, publicada no D.O.U de 30 de março de 2022, portador da matrícula funcional nº 1530551, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2022**, publicada no DOU de 30/08/2022, processo administrativo n.º 23205.021171/2022-95, RESOLVE registrar os preços da empresa **GMT SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA - 11.370.797/0001-35**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos para cozinha industrial destinados aos RUs e Cantinas da Universidade Federal da Fronteira Sul, especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 33/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
5	COIFA COM SISTEMA DE EXAUSTÃO PARA ÁREA DE COCÇÃO DA CANTINASISTEMA DE EXAUSTÃO PARA ÁREA DE COCÇÃO DA CANTINA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO CONFORME LAYOUT EM ANEXO E ABNT NBR 14518: PARA FABRICAÇÃO DAS PEÇAS, DEVE SER CONFIRMADA AS MEDIAS IN LOCO, DEVIDO A POSSÍVEIS VARIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO E PARTICULARIDADES DE CADA CAMPI. COIFA COM BOCA DE 3,00 X 1,00 METRO E FILTRO	R\$ 17.500,00	UNIDADE	5	R\$ 87.500,00



INERCIAL, FABRICADAS EM CHAPA DE AÇO INOX AISI 304 #20 ESCOVADO, COM CALHA E DRENO PARA RECOLHIMENTO DE GORDURA; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED DEVIDAMENTE PROTEGIDO; VENTILADOR CENTRÍFUGO DE SIMPLES ASPIRAÇÃO, COM ROTOR DE PÁS CURVAS PARA TRÁS, MOTOR ELÉTRICO FORA DO FLUXO 1,5 CV - 1750 RPM -3F-220V-60HZ, DIÂMETRO DO ROTOR 400 MM, VAZÃO 5000 M³/M; DAMPER CORTA-FOGO 400 X 400 MM, COM ACIONAMENTO MECÂNICO; DUTOS DE ASPIRAÇÃO, DESCARGA E CHAMINÉ TIPO SPUTNIK FABRICADOS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #16; QUADRO DE COMANDO/PARTIDA DO VENTILADOR COM DISJUNTOR MOTOR E RELÉ DE FALTA DE FASE; CHAVE DE PARTIDA DO EXAUSTOR, 02 POSIÇÕES, SINALIZADOR LUMINOSO E BOTÃO DE EMERGÊNCIA; VENTILADOR FIXADO COM AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO, SOBRE A LAJE DE COBERTURA; COIFA FIXADA COM BARRAS ROSCADAS SOB A LAJE DE COBERTURA; DUTO DE ASPIRAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DA COIFA PASSANDO POR ABERTURA NA LAJE DE COBERTURA; DUTO DE DESCARGA, DEVIDAMENTE VEDADO, PASSANDO POR ABERTURA NO TELHADO.				
---	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, não teve fornecedores registrados e constará como anexo do processo.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.



6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 03 de Outubro de 2022.

CHARLES ALBINO SCHULTZ:01582915903

Assinado de forma digital por CHARLES ALBINO SCHULTZ:01582915903
Dados: 2022.10.05 12:08:49 -03'00'

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CHARLES ALBINO SCHULTZ
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

GMT SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA

Representante legal do fornecedor registrado

ENRIQUE EUSEBIO
NOVOA MARTINEZ
FILHO:0545813492

Assinado de forma digital
por ENRIQUE EUSEBIO
NOVOA MARTINEZ

FILHO:05458134923

Dados: 2022.09.29 17:51:06
-03'00'



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2022

Processo Administrativo nº 23205.021171/2022-95

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 33/2022

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, nomeado pela Portaria nº 230 de 30 de março de 2022, publicada no D.O.U de 30 de março de 2022, portador da matrícula funcional nº 1530551, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2022**, publicada no DOU de 30/08/2022, processo administrativo n.º 23205.021171/2022-95, RESOLVE registrar os preços da empresa **DAVANTI MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 44.259.236/0001-12**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos para cozinha industrial destinados aos RUs e Cantinas da Universidade Federal da Fronteira Sul, especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 33/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
1	BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO QUENTE BALCÃO DE DISTRIBUIÇÃO QUENTE, ELÉTRICO, CAPACIDADE PARA 2 GN'S 1/1 POSICIONADOS HORIZONTALMENTE OU 4 GNS ½. CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, SOBRE ESTRUTURA TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, DOTADO DE 4 RODÍZIOS COM TRAVA. PROTETOR SALIVAR EM AÇO INOX	R\$ 1.865,16	UNIDADE	1	R\$ 1.865,16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	BRILHANTE AISI 430 E ILUMINAÇÃO FLUORESCENTE COBRINDO TODA A ÁREA DE GN'S, SISTEMA DE AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS, POTÊNCIA 2500W, PAINEL DE CONTROLE DE TEMPERATURA POR TERMOSTATO CAPILAR DE BULBO E LÂMPADA PILOTO. TEMPERATURA DE TRABALHO: +20° A +120°C. MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS (L X P X A): 80 X 60 X 125 CM. VOLTAGEM: 220V PARA OS CAMPI DE SC E RS E 110 V PARA OS CAMPI DO PARANÁ. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES. ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. DISPOR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO EM QUALQUER LOCALIDADE. TODOS OS MATERIAIS FORNECIDOS DEVERÃO SER ENTREGUES E INSTALADOS PELO FORNECEDOR NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DOS RESPECTIVOS CAMPI, EM DATA E HORA A COMBINAR, SEM GERAR NENHUM ÔNUS À UFFS."				
6	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS, SEM FORNOFogão industrial de centro, 6 bocas (dimensões aproximadas das grelhas 40x40cm), baixa pressão, fabricado em aço inox AISI-304, com acionadores e queimadores duplos, sendo estes em ferro fundido. Queimador duplo composto por 01 coroa e 01 cachimbo; manípulos em baquelite individuais para coroa e cachimbo com ajuste gradual de chama. Centro de cozinha perfil 10, em aço inox AISI-304, sapatas niveladoras. Com porta panelas inferior gradeada e bandeja coletora de resíduos também em aço inox. Consumo máximo de gás LP em baixa pressão: 3,6kg/h. Medidas aproximadas em cm: 157(C)x124(L)x85(A). Garantia mínima 12 meses. Deve acompanhar manual do produto.	R\$ 5.296,67	UNIDADE	1	R\$ 5.296,67
7	FOGÃO INDUSTRIAL, 6 BOCAS, COM FORNO, GRANDEFOGÃO INDUSTRIAL À GÁS, EM AÇO INOX ESCOVADO, COM GRELHAS DE 40X40, PERFIL 10, 6 QUEIMADORES DUPLOS, BAIXA PRESSÃO, 4 PÉS. GRELHA DAS MESAS E QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO. DEVE POSSUIR FORNO, NA PARTE INFERIOR DO FOGÃO, COM ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO ESCOVADO E CONTROLE DE CHAMA JUNTO COM O VARÃO DISTRIBUIDOR DE GÁS DO FOGÃO, BAIXA PRESSÃO. MEDIDAS APROXIMADAS: 150(L)X115(P)X80(A). DEVE SER PRODUTO DE LINHA DA MARCA OFERTADA. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. ACOMPANHA CATÁLOGO TÉCNICO DO PRODUTO OU MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL.	R\$ 5.741,99	UNIDADE	2	R\$ 11.483,98
8	GAVETA DE PINOS PARA PRATOS - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAGAVETA DE PINOS COM CAPACIDADE PARA ATÉ 18 PRATOS OU 09 BANDEJAS, COMPATÍVEL COM A MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS NETTER NT 810 S. CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO E APTAS PARA SUPORTAR IMPACTO E ALTAS TEMPERATURAS (94° C) NA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS	R\$ 521,78	UNIDADE	10	R\$ 5.217,80



	INDUSTRIAL. DEVEM POSSUIR RECORTES LATERAIS FACILITANDO O MANUSEIO E COM ENCAIXES PERFEITOS POSSIBILITANDO O EMPILHAMENTO QUANDO NECESSÁRIO. AS SUPERFÍCIES DEVEM SER LISAS PARA FACILITAR A LIMPEZA E COM ABERTURAS LATERAIS QUE PERMITAM MAIOR SEGURANÇA E A SECAGEM MAIS RÁPIDA DOS UTENSÍLIOS. MEDIDA PADRÃO 50X50X10CM.				
10	GAVETA PARA TALHERES - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAGAVETA PARA TALHERES COM CAPACIDADE PARA ATÉ 240 TALHERES, COMPATÍVEL COM A MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS NETTER NT 810 S. CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO E APTAS PARA SUPORTAR IMPACTO E ALTAS TEMPERATURAS (94° C) NA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL. DEVEM POSSUIR RECORTES LATERAIS FACILITANDO O MANUSEIO E COM ENCAIXES PERFEITOS POSSIBILITANDO O EMPILHAMENTO QUANDO NECESSÁRIO. AS SUPERFÍCIES DEVEM SER LISAS PARA FACILITAR A LIMPEZA E COM ABERTURAS LATERAIS QUE PERMITAM MAIOR SEGURANÇA E A SECAGEM MAIS RÁPIDA DOS UTENSÍLIOS. MEDIDA PADRÃO 50X50X15CM. DEVE VIR ACOMPANHADA DE 16 COPOS PARA ACOMODAÇÃO DOS TALHERES COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS QUE A GAVETA.	R\$ 971,91	UNIDADE	5	R\$ 4.859,55

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, não teve fornecedores registrados e constará como anexo do processo.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 03 de Outubro de 2022.

CHARLES ALBINO
SCHULTZ:01582915903

Assinado de forma digital por CHARLES
ALBINO SCHULTZ:01582915903
Dados: 2022.10.05 12:07:57 -03'00'

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CHARLES ALBINO SCHULTZ

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

LORENA FERNANDA DANTAS
FERREIRA:39984918807

Assinado de forma digital por LORENA FERNANDA
DANTAS FERREIRA:39984918807
Dados: 2022.09.30 09:13:16 -03'00'

DAVANTI MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Representante legal do fornecedor registrado



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2022

Processo Administrativo nº 23205.021171/2022-95

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 33/2022

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, nomeado pela Portaria nº 230 de 30 de março de 2022, publicada no D.O.U de 30 de março de 2022, portador da matrícula funcional nº 1530551, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2022**, publicada no DOU de 30/08/2022, processo administrativo n.º 23205.021171/2022-95, RESOLVE registrar os preços da empresa **MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E MÁQUINAS PARA GASTRONOMIA EIRELI - 95.276.069/0001-59**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos para cozinha industrial destinados aos RUs e Cantinas da Universidade Federal da Fronteira Sul, especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 33/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
4	CHAPA PARA GRELHADOSCHAPA LISA À GÁS COM NO MÍNIMO 15MM DE ESPESSURA EM AÇO INOXIDÁVEL LAMINADO À QUENTE. CORPO EM AÇO INOX COM ACABAMENTO ESCOVADO. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 5 QUEIMADORES, FABRICADOS EM AÇO ESMALTADO, DOTADOS DE CONTROLE INDIVIDUAL; SISTEMA PILOTO DE FÁCIL ACENDIMENTO COM REGISTRO INDEPENDENTE; MANÍPULOS EM BAQUELITE COM	R\$ 5.300,00	UNIDADE	2	R\$ 10.600,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

<p>AJUSTE GRADUAL DE TEMPERATURA. CALHA FRONTAL E DRENO PARA ESCOAMENTO DE GORDURA E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS EM AÇO INOXIDÁVEL; MEDIDAS APROXIMADAS DA CHAPA EM CM: 150(C)X55(L)X25(A). ACESSÓRIOS: A CHAPA DEVE VIR ACOMPANHADA DE GABINETE/CAVALETE PARA SUPORTE, FABRICADO NO MESMO MATERIAL QUE O CORPO DA CHAPA, COM SAPATAS NIVELADORAS E PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA EM AÇO INOXIDÁVEL. O GABINETE/CAVALETE DEVE TER COMPRIMENTO E LARGURA COMPATÍVEL COM A CHAPA E ALTURA MÁXIMA DE 65CM. O GABINETE/CAVALETE PARA SUPORTE DEVE SER PRODUTO DE LINHA DA MARCA OFERTADA. SERÃO ACEITAS CHAPAS QUE VENHAM COM GABINETE/CAVALETE ACOPLADAS, DESDE QUE ATENDAM A MEDIDA TOTAL APROXIMADA DE 150(C)X55(L)X90(A) E TODAS AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS PARA OS ITENS. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES; ACOMPANHA CATÁLOGO TÉCNICO DO PRODUTO OU MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS; ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL. (MARCA PROGÁS, MODELO PR-1600G + PEDESTAL, CONFORME PROPOSTA).</p>				
---	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, não teve fornecedores registrados e constará como anexo do processo.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.



6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 03 de Outubro de 2022.

**CHARLES ALBINO
SCHULTZ:01582915903**

Assinado de forma digital por CHARLES
ALBINO SCHULTZ:01582915903
Dados: 2022.10.05 12:07:27 -03'00'

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CHARLES ALBINO SCHULTZ**

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

MARCOS GIOVAN
MARQUES
RODRIGUES:51505797004

Assinado de forma digital por
MARCOS GIOVAN MARQUES
RODRIGUES:51505797004
Dados: 2022.10.05 09:34:30 -03'00'

**MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E MÁQUINAS PARA GASTRONOMIA
EIRELI**

Representante legal do fornecedor registrado